

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Artigos Livres

Volume 22 | Número 1 | Ano/período: Janeiro/Abril 2023

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v22i1.14365

ISSN: 2763-8804

Música e sala de aula:

possíveis temáticas do ensino de História em álbuns musicais nacionais (2017-2019)

Matheus Valduga Martins ¹  

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

MARTINS, Matheus Valduga. Música e sala de aula: possíveis temáticas do ensino de História em álbuns musicais nacionais (2017-2019). **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 22, n. 1, p.144-159, Jan/Abr 2023.

Recebido em: 27/05/2022 | Aprovado em: 28/02/2023 | Publicado em: 20/03/23

¹Mestre pelo Programa de pós-graduação em Ensino de História - ProfHistória (UFSM). Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio (UFSM). Graduado em História Licenciatura Plena e Bacharelado (UFSM).

Música e sala de aula:**possíveis temáticas do ensino de História em álbuns musicais nacionais (2017-2019)**

Resumo: A pesquisa se dedicou na criação de um catálogo musical (de obras lançadas entre 2017 e 2019), voltado para professores da educação básica escola, apresentando temas trabalhados no ensino de História. A conexão foi criada prioritariamente partindo do rap e do rock nacional, trabalhando elementos artísticos das obras, junto a História do tempo presente. Pesquisa, catálogo e obras musicais foram embasadas nos eixos temáticos do ensino, que estão presentes nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCN) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Compreendendo a Música como uma ferramenta didática, o trabalho abordou as possibilidades de diálogo sobre desigualdades sociais; empoderamento feminino; identidade; história indígena brasileira; escravização/pós-abolição e pluralidades (culturais, étnicas e religiosas).

Palavras-chave: Ensino de História. História. Música.

Music and the classroom:**possible themes of History teaching in national music albums (2017-2019)**

Abstract: The research was dedicated to the creation of a musical catalog (of works released between 2017 and 2019), aimed at teachers of basic education at school, presenting themes worked on in the teaching of History. The connection was created primarily from rap and national rock, working artistic elements of the works, together with the History of the present time. Research, catalog and musical works were based on the thematic axes of teaching, which are present in the National Curriculum Guidelines for Secondary Education (NCD) and in the National Curriculum Parameters (NCPs). Understanding Music as a teaching tool, the work addressed the possibilities of dialogue about social inequalities; female empowerment; identity; brazilian indigenous history; enslavement/post-abolition and pluralities (cultural, ethnic and religious).

Keywords: History teaching. History. Music.

La música y el aula:**posibles temáticas de la enseñanza de la Historia en los álbumes nacionales de música (2017-2019)**

Resumen: La investigación se dedicó a la creación de un catálogo musical (de obras estrenadas entre 2017 y 2019), dirigido a docentes de educación básica en la escuela, presentando temas trabajados en la enseñanza de la Historia. La conexión se creó principalmente a partir del rap y el rock nacional, trabajando elementos artísticos de las obras, junto con la Historia de la actualidad. La investigación, el catálogo y las obras musicales se basaron en los ejes temáticos de la enseñanza, que están presentes en las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación Secundaria (DCN) y en los Parámetros Curriculares Nacionales (PCN). Entendiendo la Música como herramienta didáctica, el trabajo abordó las posibilidades de diálogo sobre las desigualdades sociales; empoderamiento femenino; identidad; historia indígena brasileña; esclavización/post-abolición y pluralidades (culturales, étnicas y religiosas).

Palabras clave: Enseñanza de la Historia. Historia. Musica.

Conectando História, ensino de História, arte e o dia a dia da sala de aula; a pesquisa se voltou em criar uma complementação nas aulas dos educadores. A criação do catálogo de obras musicais, foi desenvolvida para aumentar o escopo de opções temáticas, a serem trabalhadas com os alunos. Pensando nas diferentes realidades e situações do ensino educacional brasileiro, a confecção do mesmo se deu em cima de orientações, e não necessariamente regras específicas para seu uso. A escolha da própria Música como objeto histórico de pesquisa, proporciona aos professores, uma perspectiva maior de trabalho e dinamização das aulas.

A Música e a Arte podem ser vistas como complementos, visto que ao educador “cabe uma tarefa ainda mais complexa: utilizara música como objeto de estudo e como fonte para a construção do conhecimento histórico pelos estudantes” (HERMETO; SOARES, 2017, p. 4). Além de se apresentar numa perspectiva de ferramenta didática, optar pelas músicas, se deu pela forma gratuita de exibição. Todas as obras citadas estão disponíveis no portal de vídeos Youtube de forma imediata, proporcionando ao educador, o acesso imediato das obras. Podendo assim, serem trabalhadas em sala de aula através de projetores, celulares, computadores e demais aparelhos.

Ensino de História, Música, dificuldades e perspectivas interdisciplinares

No texto intitulado “Sobre a Racionalidade do Ensino de História entre os séculos XVI e XVIII e a legitimação da História como disciplina no século XXI”, de Itamar Freitas; começa-se a leitura com uma pergunta que muitas vezes pode passar despercebida pelos professores e profissionais da área: “Qual a razão da existência do ensino de História? O que justifica a sua prática nas escolas? O que sustenta a sua permanência nos currículos da escolarização básica (obrigatória) no ocidente moderno?” (FREITAS, 2015, p. 291). O autor aponta que no decorrer desses séculos, ela mantém algumas matrizes educacionais, mas que frente a uma modernização tecnologia e cultural, deve-se repensar a prática do ensino e para que(m) serve a disciplina:

Não é novidade alguma que as justificativas elencadas para o ensino de história sejam coincidentes em vários países. Cidadania, humanização, socialização, identidade, criticidade e valores democráticos são repetidos há mais de meio século, inclusive no Brasil. Esses conceitos, que expressam

princípios morais, valores, ideais de vida, sociedade, enfim, a ideia de homem moderno (ou contemporâneo), sustentam-se em pressupostos anunciados, majoritariamente, pela ilustração francesa que impregnou as filosofias da história e da educação histórica e, conseqüentemente, ajudou a formatar os currículos em várias partes do mundo (FREITAS, 2015, p. 300).

Por seu turno, Elza Nadai explica que o ensino de História vive uma crise, em que os “produtores” da área, do meio teórico-metodológico científico, têm (ou deveriam) de se reinventar. E que apenas na década de 60 e 70 do século XX, começou-se a quebrar a ideia de que para estudar História, apenas decorar datas, hinos e nomes de grandes personagens históricos não era suficiente. Agora “Enfatizava-se, assim, uma História, não só enquanto produto final, mas como uma maneira de pensar peculiar, ou seja, de “pensar historicamente”. Pela primeira vez, ensinou-se História, ensinando-se também seu método. Conteúdo e método ligados indissoluvelmente” (NADAI, 1992, p. 156).

Continuando o trabalho de Nadai, o último subtópico de seu escrito é denominado “História na Escola: perspectivas atuais”, onde ela debate o papel e as dificuldades da disciplina em 1992. E da mesma maneira, consegue-se identificar alguns problemas que seguem presentes. Durante a produção, relata-se o distanciamento entre Ensino (escolas) e Pesquisa (Academia). O texto de Nadai explicita bem que essa falta de comunicação entre as duas áreas, já se fazia presente na década de 90 do século 20. Não sendo assim um problema enfrentado apenas na atualidade, onde se procura a:

Superação da dicotomia ensino e pesquisa. Compreende-se que o ponto de partida do currículo deve ser resultante da interação alunos/professor, do meio social. O fundamental tem sido resgatar a historicidade dos próprios alunos. Nesse aspecto, há numerosas experiências que vêm sendo vivenciadas por professores, de forma isolada ou conjunta, e que se encontram publicadas (NADAI, 1992, p. 159).

Apontado anteriormente que nos anos 60, 70 e 90 do século XX, o ensino de História se dava através de uma didática baseada em memorização e sem problematização dos conteúdos. Flávia Caimi mostra em “A origem da disciplina no século XIX” que a História, na sua constituição em âmbito escolar, apresentava práticas didáticas que não se mostravam eficientes em relação a instigar os alunos a pesquisa, investigação e conhecimento. E através de sua fala a seguir, que tais didáticas ainda se relacionam com as de hoje em dia. Caimi aponta que:

No que se refere aos métodos de ensino, havia um claro predomínio da memorização e da repetição oral e/ou escrita dos conteúdos, com certa inspiração pedagógica no ensino jesuítico, baseado no modelo dos catecismos, com perguntas e respostas. Por consequência, o conhecimento

era avaliado pela quantidade de informações acumuladas. Apenas de algumas reformas de ensino ocorridas ainda na época imperial e nos primeiros tempos republicanos, foi apenas no início deste século que o debate em torno do ensino de história alcançou maior abrangência (CAIMI, 2001, p. 29).

Magalhães traz em “História e Cidadania: por que ensinar história hoje?”, uma recuperação do ensino da disciplina na França e no Brasil do XIX, juntamente com a aproximação do texto de Nadai (inclusive referenciando-a), aponta as décadas de 1960 e 1980. Encontra-se aqui uma similaridade de pensamento em relação a Caimi. Através da leitura de tais textos, nota-se que tal retrospectiva sobre a disciplina é de vital importância para os autores. Ressalta-se que, mesmo com o aparato dos Parâmetros Curriculares Nacionais, conceitos como “cidadania”, ainda se mostram nebulosos:

Visto que a questão da cidadania está presente desde que a história se constituiu numa disciplina passível de ser ensinada (final do século XVIII) até os dias atuais, busco compreender como ela se apresenta no caso específico dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), formulados pelo governo federal na década de 1990. Compreender o significado atribuído ao conceito de cidadania nos Parâmetros não é tarefa fácil. Primeiramente, devido ao fato de não existir apenas um, mas, sim, múltiplos significados, além disso, pelo fato de sua definição encontra-se espalhada pelos volumes do PCNs (MAGALHÃES, 2003, p. 17).

Referente a função do professor, através do texto "Ensinar História: Formar Cidadãos no Brasil democrático", de Selva Guimarães, vê-se alguns deveres do educador. Se a pesquisa visa um catálogo que pode proporcionar ao educador, discutir questões sociais atuais com a turma, logo, cabe ao professor, entender seu papel dentro da sala de aula. E que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/94), existe um dever do educador para a formação cidadã dentro da escola:

A reflexão sobre a construção da cidadania nos espaços escolares implica pensar a formação de professores de história como sujeitos de direitos e deveres, profissionais, cidadãos com postura ética e compromisso social e político com a educação. Logo, é fundamental investigar a formação e a profissionalização dos professores de história. Na atual democracia brasileira, essa questão está ancorada em dois marcos jurídicos normativos da educação nacional: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394/1996, que ratifica a Constituição Federal e Estabelece, entre as finalidades da educação republicana, a preparação para o exercício da cidadania (GUIMARÃES, 2016, p. 80).

Mesmo com suporte dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e o apoio institucional na LDB nº 9.394, escolas e educadores encontram dificuldades na hora de proporcionar

um ensino de qualidade para os alunos. Bernardete Gatti aponta que “avoluma-se a preocupação com as licenciaturas, seja quanto às estruturas institucionais que as abrigam, seja quanto aos seus currículos e conteúdos formativos” (GATTI, 2010, p. 1359). Deve-se observar então, para o próprio âmbito de formação e desenvolvimento das licenciaturas. Visto que:

Múltiplos fatores convergem para isso: as políticas educacionais postas em ação, o financiamento da educação básica, aspectos das culturas nacional, regionais e locais, hábitos estruturados, a naturalização em nossa sociedade da situação crítica das aprendizagens efetivas de amplas camadas populares, as formas de estrutura e gestão das escolas, formação dos gestores, as condições sociais e de escolarização de pais e mães de alunos das camadas populacionais menos favorecidas (os “sem voz”) e, também, a condição do professorado: sua formação inicial e continuada, os planos de carreira e salário dos docentes da educação básica, as condições de trabalho nas escolas (GATTI, 2010, p. 1359).

Estas dificuldades são presentes não só nos cursos que formam professores de História, mas também nas demais licenciaturas. Logo, se todas enfrentam problemas em comum, também podem passar a partilhar de ferramentas para solucionar, algumas dessas dificuldades relacionadas às práticas de ensino. Então, nosso produto se propõe como uma alternativa de uma conexão, possível, entre as disciplinas. Entendemos que essa prática interdisciplinar potencializa uma dinâmica maior no momento de discutir conteúdos e temáticas em sala de aula. Como afirmam Airton Ziegler Xavier e Holgonsi Soares:

Em um movimento de constante reafirmação, a interdisciplinaridade nos traz como características fundamentais uma ousadia da busca, da pesquisa; é uma transformação da insegurança num exercício de reflexão, num construir, e reconhece que a insegurança da solidão inicial e individual, que muitas vezes marca o pensar interdisciplinar, pode transformar-se na permuta, no diálogo, no aceitar o pensamento do outro. Assim, a interdisciplinaridade é uma oportunidade concreta para uma revisão das relações com o conhecimento e o saber, ampliando e socializando, além do saber, as pessoas nas práticas coletivas. [...] Dessa forma, o conhecimento interdisciplinar deve ser uma comunicação entre os conhecimentos e os saberes, não uma forma de neutralizar todas as significações das outras disciplinas. Uma atitude interdisciplinar vai levar o especialista a conhecer as limitações de sua disciplina e acolher as outras disciplinas, na tentativa de substituir o conhecimento fragmentado por um conhecimento mais global. Isso confere validade ao conhecimento do senso comum, pois é por meio do cotidiano que damos sentido à nossa vida (XAVIER; SOARES, 2016, p. 2-3).

Com o rap e o rock and roll, procurou-se entender como esses movimentos se desenvolveram no país. Recuperou-se álbuns de rock dos anos 1990, por ser uma década em que grandes bandas da mídia tinham ativismo político direto em suas letras. Já no rap, parte-se também do mesmo período, pois no Brasil é quando o gênero teve seu nascimento seguindo até o período delimitado no estudo (2017 a 2019). Apoiado nas ideias apresentadas no primeiro capítulo, acredita-se que a seleção descontextualizada das obras, seria incompleta. Dessa relação entre álbuns, EPs, artistas, canções e letras, junto as motivações e necessidades dos educadores, apresentadas no capítulo anterior, apresentam-se os referenciais musicais e acadêmicos para a criação do catálogo.

Mesmo que o rock tenha adentrado na cultura pop brasileira com canções mais voltadas a comportamentos juvenis da época, e o rap tenha se popularizado bastante no século XXI, nas rádios através de love songs, ambos são ligados diretamente a contestações políticas. Como afirma Lourenço (2010, p. 11-12), “a questão da violência é relatada nos raps da maneira como ocorre, com toda a crueldade a ela subjacente. Quando se ouve, por exemplo, a letra de um rap que relate a violência, é difícil não sentir a carga de dramaticidade implícita nas cenas reais que contam”.

Compreende-se que na década de 1990, os dois gêneros dialogavam sobre problemas sociais em suas obras. Porém o primeiro, ocupava um espaço maior que o segundo na mídia. Por ser mais novo que o rock, o rap ainda se encontrava em um desenvolvimento inicial, pertencente a um nicho. Nos anos 2000, bandas com ritmos e letras mais melódicas ou com hits que se encaixam em perfis de rádios e novelas, se popularizam, mas não priorizam mais o caráter político. De um lado, o rap que já estabelecido como crítico social, começa a ter mais visibilidade nas rádios. E a partir de 2010 até o presente momento, o gênero consegue se destacar cada vez mais no mainstream (grande mídia) flertando com o pop sem abandonar suas raízes ideológicas. Do outro, o rock tenta se reinventar para obter a relevância que já teve em décadas passadas.

Em meados da década de 1980 o movimento hip hop chega no Brasil, e como nos Estados Unidos, a dança foi o que em um primeiro momento começou a se desenvolver. Sem organizações ou clubes de dança, os primeiros b-boys brasileiros se apresentavam em esquinas das ruas de São Paulo. Com seus rádios ligados, começaram a apresentar o break para as pessoas que por ali passavam. Primeiramente o foco era apenas na dança, visto que “Os primeiros dançarinos de break de São Paulo e do Rio de Janeiro, tinham como objetivo diversão e a busca da auto-estima.” (FOCHI, 2007, p.63). A partir desse momento, começam também na capital paulista, as batalhas de MC's.

O que se destaca da vinda do movimento e da cultura hip hop para os estados brasileiros, é que igual ao seu país de origem, sua difusão e crescimento se deu através de populações periféricas. Sendo desde o início, um movimento que dialogava com e para

comunidades mais pobres das camadas sociais da capital paulista (e posteriormente no estado e na cidade do Rio de Janeiro):

Apresentando variações e instabilidades da fala, tendo como mote as entoações que acompanham a melodia da oralidade, o rap projeta-se no cenário nacional como um canto falado produzido por representantes das camadas populares, que narram, sob o crivo da crítica social, a vida da gente simples da periferia. Assim como ocorreu no contexto de formação do samba, é novamente pela música que a população urbana e negra passa a ser retratada e ouvida. Lembrando a "levada" do samba de breque, o ritmo nascido em terras estadunidenses emplaca seus valores, ruídos e sons no Brasil e novos cronistas da vida urbana revelam-se: os rappers (FERNANDES, 2014, p. 96).

Portanto, entende-se o rap no Brasil, como uma ferramenta artística, cultural e política; que dá voz às massas e as periferias. Esse mesmo estilo passa a se tornar mais diversificado e democrático. Isto é, vivendo um momento com mais agentes sociais atuando na sociedade. “Num tempo em que cyphers estão sendo produzidos a todo momento, muitas sem coesão, a qualidade do som das minas merece atenção”, como afirma a produtora Laboratório Fantasma, “mais do que uma mistura desordenada de artistas, essas músicas trazem uma mensagem que, em pleno 2019, ainda é muito necessária”.

Distanciamento histórico, novos agentes, legislação e as obras selecionadas

Entende-se o catálogo como um documento e, sobretudo, fonte que agrupa, recorta, reúne e seleciona informações sobre um determinado assunto/temática. Na pesquisa, catalogou-se as obras musicais conforme seu nome completo, link de acesso, ano de lançamento, gravadora, capa, artista(s) criador(res), tempo de duração, músicas destaques e temática pertencente ao ensino de História (e demais disciplinas das Ciências Humanas). Nesse sentido, optou-se pelo catálogo por ser um agregador e difusor de informação, Queiroz e Araujo (2003) complementam o uso e sua importância, partindo da ideia onde:

O catálogo é uma ferramenta informacional que através de pontos de acesso (autor, título, ano, mês, compilador, etc.) descritos das obras pelos bibliotecários, há possibilidade na recuperação da informação dos materiais contidos nas unidades de informação, independente do tipo de biblioteca seja ela (escolar, universitária, etc.) por parte dos usuários na realização das suas pesquisas. O catálogo é um dos instrumentos de trabalho mais antigo e utilizado pelo profissional da informação no seu ambiente de trabalho, o que tornou-se essencial ao longo dos anos para a pesquisa, atuando como veículo

principal para difundir as informações, estabelecendo padrões de acesso a informação ao seu usuário o que possibilitou grandes mudanças no contexto da biblioteca (QUEIROZ, ARAUJO, 2003, p. 4-5).

Como aponta Marieta de Moraes Ferreira (2018, p. 82) quando se recorre aos métodos de pesquisa e escrita da História, no decorrer dos séculos XIX e XX, encontramos uma tradição onde os historiadores optaram por não estudar períodos, documentos e agentes históricos de seu tempo. As produções historiográficas da época apontavam que, para concluírem seus estudos com êxito, esses pesquisadores (com formação e capacitação profissional), deveriam se afastar da contemporaneidade de seus objetos de estudo. A autora demonstra que “foi nesse quadro de afirmação dos historiadores profissionais que se formulou uma condição indispensável para se fazer uma história científica - a visão retrospectiva”.

A justificativa apontada era de que com o passar dos anos desenvolvia-se, então uma relação entre “passado” e “presente”, entre o fato e o historiador. E no momento em que o evento se fixava fora do período de estudo do pesquisador, poder-se-ia, com mais clareza, analisar os fatos ocorridos. A partir dessa separação temporal, onde não era mais possível a transformação do objeto histórico ou a participação de pessoas ligadas a tal evento, a pesquisa poderia ser iniciada. Logo, essa produção não teria em sua realização, uma visão de parcialidade do historiador derivada do “calor do momento”. Assim, Ferreira (2018) contextualiza tal pensamento teórico, o qual:

[...] só o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica. Se se acreditava que a competência do historiador se devia ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. Para que os traços pudessem ser interpretados, era necessário que tivessem sido arquivados. Os historiadores de profissão deveriam, portanto, rejeitar os estudos sobre o mundo contemporâneo, uma vez que nesse campo seria impossível garantir a objetividade de sua reflexão. A separação entre passado e presente proposta dessa forma radical e as competências eruditas exigidas para se trabalhar com os períodos recuados garantiram praticamente o monopólio do saber histórico aos especialistas (FERREIRA, 2018, p. 82).

Porém, diferente do século XIX, inicia-se no século XX uma urgência no estudo e pesquisa da história do tempo presente. A defesa de que os acontecimentos de eventos históricos mundiais que transformaram a sociedade exigiram dos historiadores e pesquisadores uma demanda referente a renovações teóricas e metodológicas de pesquisa é feita pela autora. E que “toda essa intensificação dos ritmos da história nas últimas

décadas, trazida pelas grandes guerras e pela eclosão da Revolução Soviética, estimulou o desenvolvimento do estudo do tempo presente” (FERREIRA, 2000, p. 8-10).

Se o estudo da História partir apenas de uma tradição teórica e metodológica, em que deve-se afastar-se dos objetos de estudo até que se tornem parte do passado, a pesquisa seria inviável. Ao analisar o conteúdo das canções, o pesquisador se conecta com a realidade vivida ou apresentada pelos artistas, e passa a entendê-los como agentes históricos. Logo, a análise dessas fontes cria um panorama de possibilidades para a compreensão do contexto das músicas e de seus criadores. Entendendo que em diferentes momentos, ao tratar-se de temáticas que debatem o tempo presente, tais assuntos ou respostas procuradas não são encontradas em páginas de produções acadêmicas. Todavia, sim, em letras de canções e capas de álbuns.

As obras abordadas carregam consigo, mensagens visuais e conceituais que não necessariamente se fazem presente na canção. Quando analisamos as capas das obras, por exemplo, há possibilidade de que essas, tragam motivações, mensagens e significados subjetivos ou indiretos postos ali pelo artista. Já na melodia instrumental, pode-se encontrar outros pontos complementares ao tema abordado, que não se apresentam pela letra. A partir desse entendimento, concentra-se a ideia de entender a obra como uma fonte de pesquisa que possui elementos não perceptíveis. Que se não analisada de maneira crítica e aprofundada, esses elementos passam despercebidos pelo pesquisador, levando-o a uma compreensão incompleta. Napolitano (2008) justifica:

[...] fonte é uma evidência de um processo ou de um evento ocorrido, cujo estabelecimento do dado bruto é apenas o começo de um processo de interpretação com muitas variáveis. Ao contrário da tradição metódica e positivista, que acreditava na neutralidade e na transparência das fontes escritas, desde que "verdadeiras", estabelecidas sua autoria e datação, a Nova História e seus herdeiros apontam para o caráter representacional das fontes, mesmo as tradicionais fontes escritas, que são documentos e monumentos carregados de intencionalidade e parcialidade. Em que pese essas questões metodológicas gerais, cada tipo de fonte audiovisual e musical possui características peculiares, conforme a sua linguagem constituinte (NAPOLITANO, 2008, p. 240).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio (BRASIL, 2000, p. 5) encontra-se a explicação de que no ensino escolar brasileiro as Ciências Humanas foram um conjunto de línguas e culturas clássicas, ensinadas em colégios do século XIX e parte do XX. Esse grupo, composto por inspirações europeias, tinha como objetivo uma formação cultural e moral de caráter elitista. Porém, no ano de 1996, inicia-se uma revisão dos objetivos e aspectos formadores dos programas de ensino no Brasil. Desta revisão,

criam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Os PCNs do ensino médio (BRASIL, 2000, p. 20-22), assim como na História, as outras disciplinas que compõe as Ciências Humanas, devem focar sua maneira de análise através de uma perspectiva ampla de visão de mundo. Essa visão, se refere a entender as transformações culturais, tecnológicas, políticas e sociais em que a sociedade se encontra. A partir dessa tentativa de compreensão, olha-se para diversos agentes históricos, em ações de pesquisa e ensino que buscam englobar todas as camadas sociais. Nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio, como nos PCNs, são trazidas nove sub-temáticas norteadoras para a formação das aulas e do ensino. Através do entendimento prévio do professor, indica-se a produção de conteúdos e materiais que discutam: o conceito de "História", processo histórico, tempo (temporalidades históricas), sujeitos históricos, trabalho, poder, cultura, memória e cidadania.

Logo, se de um lado as dificuldades se renovam e se repetem na vida dos educadores, do outro lado, também deve ser presente, as produções e reflexões que visam o aprimoramento do ensino de História. A opção de tentar entender o movimento do rap e do rock no Brasil, são exemplos práticos de como a música pode ser analisada e tratada como uma fonte histórica. Além desses, outros gêneros musicais brasileiros se mostram possíveis quando se trabalham fontes e produtos didáticos a serviço dos educadores e pesquisadores da área. Opta-se por trabalhar com produções que dialogavam diretamente com questões sociais, culturais, políticas e religiosas. No entanto, outras temáticas podem ser analisadas em sala de aula, em de canções e artistas de diferentes vertentes musicais, a partir de questões que dialogam "História + sociedade + ensino + música".

No quadro 1 que será exposto a seguir, estão as vinte produções musicais selecionadas para a formação do catálogo. Essas, são apresentadas aqui de forma expositiva para consulta. No quadro, além de contar com os títulos e seus anos de produção, trazem consigo os debates temáticos principais de cada obra. Dividiu-se os temas presentes em seis (6) palavras-chaves (tags), sendo elas: desigualdades sociais; pluralidades: cultural, étnica e religiosa; empoderamento feminino; identidade; escravização/pós-abolição no Brasil e história indígena brasileira. Assim, debate-se as obras ligadas às temáticas presentes nos PCNs e ao ensino de História, citadas anteriormente.

A seguir, as obras se organizam em ordem alfabética, e o sinal "X" destaca quais temáticas foram analisadas e encontradas de forma individual, para que pudessem ser trabalhadas de forma independente em cada produção.

Quadro 1 – Obras do catálogo com as temáticas

ÁLBUM (ANO)	TEMÁTICAS					
	Desigualdade s sociais	Pluralidade: cultural, étnica e religiosa	Empoderamento feminino	Identidade	Escravidão/ Pós-abolição	Hist. indígena
Ambulante (2018)			X	X		
AmarElo (2019)	X	X		X	X	
AMAR é para os FORTES (2018)	X	X		X	X	
Boca de Lobo (2018)	X	X				X
Brasil de Quem? -Pts. 1,2,3 (2018, 2019)	X	X			X	
Da Favela pro Mundo (2018)	X			X		
Drik Barbosa (2019)		X	X	X	X	
Eletrocardiogra ma (2017)			X	X		
Esú (2017)	X	X		X	X	
Galanga Livre (2017)	X	X		X	X	
Gigantes (2018)	X			X	X	

Ladrão (2019)	X	X		X	X	
Mulamba (2018)	X		X	X		
Planeta Fome (2019)	X	X	X	X	X	X
Próspera (2019)			X	X	X	
Raízes (2018)			X	X	X	
Rimas e Melodias (2017)		X	X	X	X	
Ritual (2019)	X		X	X	X	X
Selvagem Como o Vento (2018)			X	X		X
Todo Dia É Dia de Índio (2018)	X			X	X	X

Considerações finais

Com a produção da pesquisa e a confecção do catálogo, buscou-se o entendimento de múltiplas questões que envolvem as problemáticas do ensino de História no Brasil. Exemplos como sucateamento e precarização da educação; e a falta de formação continuada e atualização dos professores, foram pontos primordiais para desenvolver o conceito e a forma prática do catálogo, como uma ferramenta didática. As dificuldades e os problemas que são presentes no ensino de História, também se mostraram presentes de maneira interdisciplinar, em outras áreas de formação de conhecimento. Dois desses aspectos se mostraram bastante pertinentes durante a pesquisa. Um deles, é a falta de interesse do educando para com as disciplinas e conteúdos apresentados pelos educadores. O outro, é a

dificuldade que o educador enfrenta, ao ter que se atualizar do cotidiano e áreas de interesses dos educandos.

Como resultado, no diálogo entre professor aluno, cria-se um afastamento crescente entre as gerações e as temáticas. Compreender a história do rap e do rock nacional, e a partir desse entendimento, desenvolver uma opção de auxílio didático foi a forma encontrada como resposta a essas dificuldades. Outros gêneros musicais, artistas e movimentos artísticos seriam alternativas para serem trabalhadas dentro de sala de aula. Os dois gêneros escolhidos na pesquisa apresentavam de imediato, questões culturais, políticas, sociais, étnicas e religiosas de formas diretas nas obras. Logo, nos primeiros contatos criados entre professor e educando, um diálogo de aproximação poderia ser criado..

Referências

ARAÚJO, Peu. **Gerações do rap nacional se trombam e viram “cypheiros”**. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/18/geracoes-do-rap-nacional-se-trombam-e-viram-cypheiros.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. MEC. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: História. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. MEC. **Secretaria de Educação Média e Tecnológica**. Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. MEC. **Secretaria de Educação Básica**. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias. v. 3. Brasília: MEC; SEB, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13558>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. MEC. **Secretaria de Educação Básica**. PCN + Ensino Médio - Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC; SEB, s.d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 6ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Disponível em: <http://www.univale.com.br/unisite/documentos/livros_digitaes/lei_de_diretrizes_e_bases_da_educacao.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Conversas e Controvérsias: O ensino de história no Brasil (1980-1998)**. Passo Fundo: UPF. 2001.

FERNANDES, Ana Claudia Florindo. **O rap e o letramento: a construção da identidade e a constituição das subjetividades dos jovens na periferia de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-08122014-145049/pt-br.php>> Acesso em: 20 fev. 2023.

FERREIRA, Marieta de M. **Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil**. Tempo e Argumento, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6842/517.pdf?sequence=>>> Acesso em: 20 fev. 2023.

FOCHI, Marcos Alexandre B. **Hip hop brasileiro - Tribo urbana ou movimento social?** FACOM, n. 17, p. 61-69, 2007. Disponível em: <http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom_17/fochi.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FREITAS, Itamar. **Sobre a Racionalidade do Ensino de História entre os Séculos XVI e XVIII e a Legitimação da História como Disciplina no Século XXI**. In: ZAMBONI, Ernesta et al (Orgs.). Memória, sensibilidades e saberes. Campinas: Alínea, 2015, p. 291-303.

GATTI, Bernadete A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: <<https://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GUIMARÃES, SELVA (Org.). **Ensino de História e Cidadania**. In: SELVA, Guimarães. Ensinar História: Formar Cidadãos no Brasil democrático. Campinas: Papirus/FAPEMIG, 2016.

HERMETO, Miriam; SOARES, Olavo Pereira. **Música e ensino de história**. Revista História Hoje, vol. 6, n. 11, p. 3-6, 2017. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/352>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

LOURENÇO, Mariane Lemos. **Arte, cultura e política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos**. Psicol. Am. Lat., México, n. 19, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2010000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2023.

LOUREIRO, Bráulio. **Arte, cultura e política na história do rap nacional**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/114886>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1992.

NAPOLITANO, Marcos. **A história depois do papel (fontes audiovisuais)**. In: PINSKY, Carla B. (org.). Fontes Históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 254-273.

QUEIROZ, Nathalia Guedes de.; ARAUJO, Samantha Andrade de. **Catálogos on-line: um breve estudo dos catálogos on-line de acesso público (OPAC'S)**. Anais Encontro Regional de Estudante de Biblioteconomia, p. 2-17, 2014.

XAVIER, Airton Z.; SOARES, Holgonsi. **Desafios da interdisciplinaridade na prática educacional: um estudo de caso na escola Érico Veríssimo**. 22 f. Artigo (Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/2618>>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

4 CYPHERS **femininos para conhecer já**. Disponível em: <<https://www.laboratoriofantasma.com/blog/4-cyphers-femininos-para-conhecer-ja.html>>. Acesso em: 20 fev. 2023.